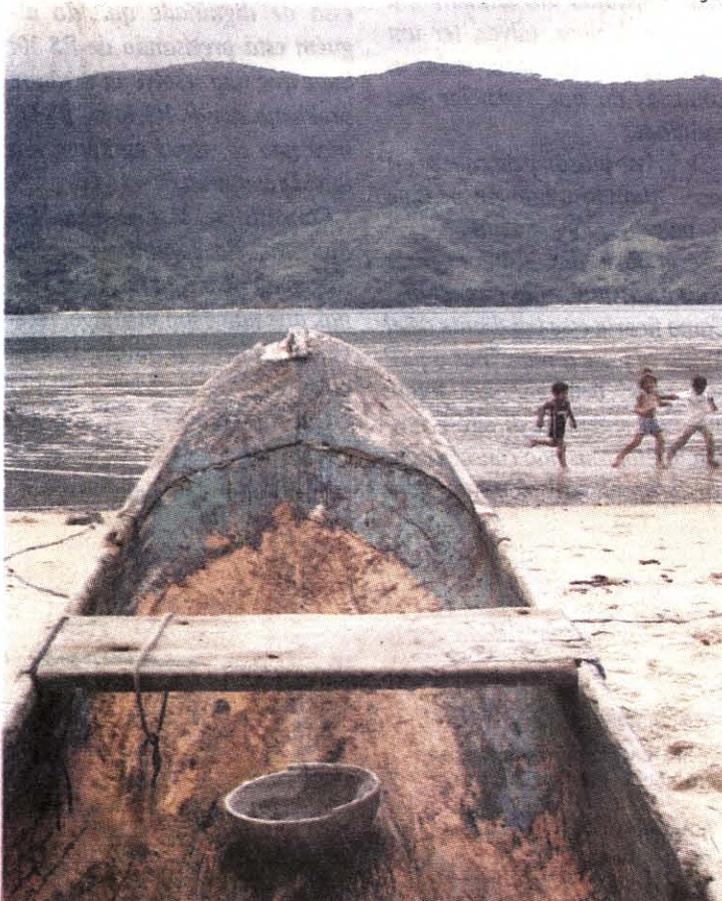


AMBIENTE Moradores abriram estrada no saco de Mamanguá, em Parati (RJ), onde querem construir um píer; Ibama interditou local

Condomínio 'invade' santuário ecológico

Ana Carolina Fernandes/Folha Imagem



Crianças brincam em praia no saco de Mamanguá, em Parati (RJ)

SERGIO TORRES

ENVIADO ESPECIAL A PARATI (RJ)

Santuário ecológico localizado na única formação geográfica do litoral brasileiro que se assemelha a um fiorde, o saco de Mamanguá está ameaçado por uma estrada clandestina. Ela foi aberta há 20 dias a partir da entrada do condomínio Laranjeiras, em Parati (no litoral fluminense, a 260 km do Rio e a 270 km de São Paulo).

O saco de Mamanguá é um braço-de-mar que avança 9 km pelo continente, com largura máxima de 1,5 km, cercado por montanhas altas (o pico do Cairuçu tem 1.070 m de altitude) e protegido das ondas e dos ventos oceânicos.

A estrada —de terra, com 7 km de extensão e largura média de 4 m— foi aberta sobre uma trilha secular que cruza a APA (área de proteção ambiental) do Cairuçu em direção à ponta da Foice, no fundo do saco.

Em dez dias

Contratados por um grupo de 40 condôminos do Laranjeiras, 12 trabalhadores levaram cerca de dez dias para abrir a estrada, que, na semana passada, foi interditada pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), responsável pela guarda da área de proteção ambiental.

A estrada foi aberta sem autorização do Ibama, do governo do Estado do Rio de Janeiro (administrador da vizinha Reserva Ecológica da Juatinga) e da proprietária da fazenda Santa Maria, por onde a antiga trilha passava. A

Prefeitura de Parati também não foi informada.

“O problema fundamental dessa história é: o saco é o único fiorde do Brasil. Uma vez entrando a estrada, virão casas, marinas, lanchas de alta turbulência no fundo do saco, uma região de muita produtividade em biologia marinha, com peixes, crustáceos, ostras”, diz o engenheiro florestal Nei França, gerente da área de proteção ambiental, responsável pela interdição da estrada.

O início da estrada fica a 50 m da entrada do condomínio. Hoje, de carro, chega-se à ponta da Foice, espécie de atracadouro natural no fundo do saco, onde antes só se chegava a pé ou de barco. Os condôminos ainda compraram, de um posseiro, a praia do Uba, na margem direita do Mamanguá, onde planejam instalar um píer para atracar lanchas e iates.

O interesse dos condôminos pelo Mamanguá se deve, oficialmente, à violência do mar na ponta da Juatinga, trajeto obrigatório entre o Laranjeiras e a baía da Ilha Grande. Partindo do saco, os barcos não passam pela Juatinga. Já saem diretamente na baía.

Braços-de-mar que entram pela terra em meio a escarpas altas, os fiordes são formações resultantes da erosão glaciária e comuns em países como Noruega e Dinamarca. No Brasil, o Mamanguá é o único acidente geográfico com características de um fiorde, mas sem a origem glaciária. Daí ser considerado pelos especialistas um fiorde tropical.

Ao contrário de outras regiões do litoral do Rio, o Mamanguá

permanece preservado por causa da dificuldade de acesso. Ao local só se chega de barco (a 90 minutos do centro de Parati) ou andando duas horas pela trilha que parte do distrito de Parati Mirim.

‘Mamanguá é único’

Estudioso desde 1990 das condições ambientais do Mamanguá, o biólogo Paulo Nogara, da USP (Universidade de São Paulo), conta que pelo menos cem espécies de peixes, além de camarões e siris, vivem no saco.

“O Mamanguá é único. O aumento do tráfego marítimo de grandes lanchas e iates vai acabar com ele. As espécies vão ser dizimadas. As 120 famílias que habi-

tam o local e vivem da pesca terão que se mudar para não morrer de fome”, disse Nogara, para quem “é inviável ter dez barcos grandes no saco, quanto mais 40”.

O secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Parati, Stainer Braga, disse ser contra a ocupação do Mamanguá por marinas, mas minimizou a abertura da estrada. O saco fica em área sob a responsabilidade da prefeitura.

“O que ocorreu foi uma limpeza de trilha, uma roçada. Há o interesse dos condôminos em ter acesso ao saco. Nossa preocupação é coibir esse tipo de ação. O saco tem que ser preservado.”

→ LEIA MAIS na pág. C3



AMBIENTE Responsáveis por abrir estrada clandestina só serão multados quando funcionários de Angra dos Reis visitarem o local

Ibama não tem fiscais para agir em Parati

DO ENVIADO ESPECIAL A PARATI (RJ)

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) interditou a estrada aberta pelos moradores do Condomínio do Laranjeiras em Parati (RJ), mas não tem como mantê-la fechada por falta de fiscais.

Apenas dois engenheiros florestais trabalham na agência da entidade na cidade do litoral fluminense. Eles tomam conta dos 33.800 hectares da área de proteção ambiental do Cairçu.

Por falta de fiscais, a agência do Ibama não pode multar quem abriu a estrada. A multa só será lavrada quando os fiscais lotados em Angra dos Reis (cidade a 90 km de Parati) visitarem o local. O engenheiro florestal Júlio Maria Júnior, do instituto, foi quem visitou a estrada.

“A forma como foi feita [a abertura da estrada] é sem critério. Um alargamento em área particu-

Caiçara teme barcos potentes

DO ENVIADO ESPECIAL A PARATI (RJ)

No saco de Mamangá, o medo de que o estreito vire rota de embarcações potentes é evidente. Desde que a estrada começou a ser aberta, os moradores fazem reuniões para discutir o assunto.

Moram na região cerca de 600 caiçaras. Trabalham na pesca artesanal e no artesanato da caixeta (madeira frágil abundante no fundo do Mamangá).

Benedito de Oliveira vive no lugar desde que nasceu, há 63 anos. Sustenta 12 filhos e 10 netos com a pesca (o quilo, em média, custa R\$ 3) e com a fabricação de remos (R\$ 30 a unidade). São atividades que já eram exercidas pelo pai, pelo avô e pelo bisavô, a quem ele se refere como o escravo Oliveira.

“Se vier a estrada, acabam o meu ofício e o de todos. Se acontecer isso, acabou aqui”, previu.

Oliveira teme ser assediado para vender o terreno onde vive. Como as demais famílias, não tem documentos que indique ser o dono.

Alonso de Campos, 44, também está preocupado com a possibilidade de lanchas grandes passarem a usar o Mamangá como atracadouro. “Com certeza, isso vai trazer modificações”, disse ele, que pesca, em uma canoa a remo, justamente no local o Laranjeiras planeja construir o píer. (ST)

lar, sem a autorização da proprietária e em área protegida. A grande irregularidade é abrir a estrada sem a autorização do órgão ambiental”, disse o engenheiro.

Os documentos cartográficos indicam que a trilha histórica que serviu de base para a construção da estrada ilegal tem mais de cem anos. Há cerca de 30 anos, chegou a ser aberta, sobre o mesmo traçado, uma precária via. Com o abandono da fazenda Santa Maria pelos proprietários, o mato tomou conta de tudo. O caminho voltou a ser uma trilha estreita.

A dona da fazenda, Leni Tames, disse ao Ibama que não autorizou a abertura da estrada. Ela designou um empregado para tomar conta da passagem e impedir o acesso ao fundo do Mamangá. Uma árvore chegou a ser derrubada sobre a estrada.

Leni também foi procurada pela Associação dos Moradores e Amigos do Mamangá, que tra-

balha pela preservação do local.

O presidente da entidade e líder comunitário da região, Alecir Nunes, 35, disse que Leni se mostrou indignada. A proprietária do imóvel não foi localizada pela Folha.

Há três anos, em mutirão liderado por Nunes, pescadores instalaram, em 40 pontos do leito do saco de Mamangá, estruturas de concreto e vergalhões, que rasgam as redes de arrasto — tipo de pesca que, por revolver o fundo, arrasa a vida marinha.

A reivindicação da oferta de serviços públicos básicos é outra prioridade da associação. Até hoje o Mamangá não tem energia elétrica. As famílias usam geradores e lâmpões. Também não há telefone público disponível.

O posto de saúde, apesar de reformado pela comunidade, permanece fechado, por falta de médicos e atendentes. A escola, com aulas até a quarta série, funciona de modo precário. (ST)

Condômino nega plano para ter marina no local

DO ENVIADO ESPECIAL A PARATI (RJ)

Liderança do grupo de condôminos do Laranjeiras que abriu a estrada para o Mamangá, Arthur José de Abreu Pereira confirmou que a intenção é ter no saco “um ponto de apoio” para atracar as embarcações. Ele nega, no entanto, que exista o plano de instalar uma marina no local.

“Temos a nítida noção de que [o Mamangá] é um dos poucos santuários preservados no Brasil inteiro. Queremos uma prevenção para escapar do alto-mar, quando necessário. Ali tem a ponta Negra, a Juatinga. É um mar bravo. Tem muito barco que ficou por lá”, disse ele, diretor da construtora Serplan Desenvolvimento Imobiliário (São Paulo) e, há 12 anos, dono de casa no Laranjeiras.

Abreu Pereira nega que a abertura da estrada tenha sido feita às escondidas. “A trilha não foi aberta. Foi limpa. Por ela, só vai passar uma Toyota, à disposição dos condôminos.”

Disse que a escritura dos condôminos dá direito a usar a an-

tiga trilha, “de mais de cem anos”, que passa pela fazenda Santa Maria até o fundo do Mamangá. Segundo Abreu Pereira, o condomínio não participou da abertura da estrada.

Abreu Pereira afirmou que os condôminos compraram a praia do Uba para instalar um “pontão” (píer de madeira que avança pelo mar) onde os barcos atracarão.

Segundo ele, o grupo vai propor à prefeitura um projeto de lei que regularize a passagem de barcos pelo Mamangá.

Os condôminos disseram a moradores do Mamangá que podem apoiá-los nas áreas de saúde e educação, por meio do IEL (Instituto Educacional Laranjeiras), que reformou cinco escolas perto do condomínio e recicla professores da rede municipal. O IEL foi criado com o objetivo de ajudar famílias pobres de Parati.

Para Abreu Pereira, os donos de casas no Laranjeiras são estigmatizados. “Pensam que somos uma turma de milionários. É exatamente o contrário. Só de 30% a 40% dos condôminos são pessoas de poder aquisitivo bem alto”, disse.

O Laranjeiras é um condomínio sofisticado, em que 90% dos proprietários são de São Paulo. Um lote de 1.000 m² custa cerca de R\$ 50 mil.

